

DISCUTINDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DE SUJEITOS VÍTIMAS DA DESESCOLARIZAÇÃO

Macio da Silva Cavalcante ¹
Camila da Silva Lucena ²
Gilson Patrik de Sousa Silva ³

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os principais resultados de uma pesquisa realizada com 10 sujeitos que frequentaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em algum momento de suas vidas. A proposição dessa pesquisa é requisito de avaliação da disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e objetiva, de maneira geral, apresentar a trajetória de sujeitos vítimas da negligência do Estado no direito à educação em idades e tempos regulares. Partindo desse pressuposto, faz-se necessária a imperiosa análise dos fatores que influenciam e corroboram para manutenção ou transformação do contexto supracitado.

A história da EJA é marcada por avanços e rupturas, sendo sistematizada e discutida com mais enfoque a partir do século XX. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) vigente desde 1996 reconhece a EJA como uma modalidade de ensino que versa toda a Educação Básica, entretanto com necessidades específicas quanto ao atendimento a ser oferecido, uma vez que enquanto modalidade de ensino busca reintegrar sujeitos que não conseguiram permanecer nos estudos por inúmeros fatores: históricos, sociais, econômicos e culturais.

A Constituição Federal de 1988, lei máxima do país, afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser fomentada pela sociedade. Entretanto, o processo de formação do território brasileiro é marcado pela miscigenação e pela dívida do Estado com povos marginalizados e excluídos do sistema educacional:

¹ Graduando do Curso de **Matemática** do Instituto Federal do Maranhão -IFMA, cavalcantemacio884@gmail.com;

² Graduando do Curso de **Matemática** do Instituto Federal do Maranhão - IFMA, slucena@acad.ifma.edu.br;

³ Graduando do Curso de **Matemática** do Instituto Federal do Maranhão- IFMA, gilsonpatriksjp@gmail.com;

índios e negros. Nessa perspectiva, a EJA como modalidade de ensino deve desempenhar funções democráticas e centradas na superação dos problemas construídos sócio historicamente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), essa modalidade deve desempenhar três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora faz referência a possibilidade de acesso ao Ensino Fundamental e Médio de qualidade aqueles que tiveram esse direito negligenciado na idade certa. Portanto, tem compromisso firmado com a reinserção dos indivíduos independentemente de cor, raça, sexo ou condição social.

Outra função que a EJA deve desempenhar na prática é a equalizadora e em tese, está relacionada com o retorno de grupos específicos ao sistema educacional. O objetivo da função equalizadora é garantir o retorno de donas de casa, migrantes, trabalhadores rurais, aposentados e encarcerados que deixaram as escolas por motivos como evasão, repetência e outras circunstâncias desfavoráveis. Em razão disso, possibilita o exercício para o mundo da cidadania e do mundo do trabalho.

Já a função qualificadora é a própria condição de existência da EJA, numa perspectiva de educação permanente. Essa função assegura que é possível se formar em todas as épocas da vida e ainda que, os educandos são sujeitos que estão inseridos numa sociedade marcadas por transformações nos setores econômicos sociais e políticos. Dessa forma, observa-se que essas funções são balizadoras e pilares da EJA e precisam ser colocadas, com urgência em situações práticas.

No entanto, é possível identificar que isso não tem se reverberado na prática com frequência, pois ao observar o cenário da EJA é notório o cenário de avanços e recuos, bem como a pouca promoção de políticas assistencialistas e integradoras, o que corrobora para a exclusão e discriminação para com esse grupo educacional. Nessa perspectiva, observar e compreender a trajetória de sujeitos vítimas desse processo de desescolarização é tarefa primordial para o direcionamento de políticas educacionais específicas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Esta pesquisa é um recorte de um estudo mais amplo realizado na disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelos graduandos do curso de Licenciatura Plena

em Matemática do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)- Campus São João dos Patos. Participaram deste estudo 10 indivíduos que foram vítimas do processo de desescolarização e da falta de medidas governamentais para concessão do direito à educação.

A coleta de dados aconteceu mediante a aplicação de questionários feitos a partir do *Google Forms*, uma vez que a pandemia do coronavírus impossibilitou a realização de uma pesquisa-ação. O questionário era composto por questões abertas e fechadas e buscava levantar informações sobre o perfil dos sujeitos entrevistados, bem como traçar os principais desafios e dificuldades encontradas por eles durante os estudos. Segundo Gil (2008), o questionário se apresenta como um instrumento de coleta de dados útil e prático, pois permite o contato com um maior número de entrevistados.

Os dados foram analisados mediante comparação com a literatura estudada na disciplina e pela associação direta com documentos legais que salientam e potencializam a ideia de que a educação é um direito de todos e dever do Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 10 sujeitos que possuem alguma ligação com a EJA: alunos que frequentaram a EJA, alunos que concluíram os estudos na EJA e indivíduos que não conseguiram frequentar os estudos. Dos sujeitos entrevistados, 04 são do sexo feminino (40%) e 06 do sexo masculino (60%) e a média de idade desses sujeitos é de 36,4 anos. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2019, mostram que 37,8% das matrículas na EJA são de estudantes com mais de 30 anos de idade.

Os sujeitos entrevistados, em sua maioria, pararam de estudar no Ensino Fundamental (60%), entretanto a maioria, ainda assim, não teve uma formação efetiva de alfabetização e letramento. De acordo com a LDB, a idade mínima de matrículas na EJA no Ensino Fundamental é 15 anos, enquanto no Ensino Médio é de 18 anos. Apenas 20% pararam de estudar e 01 aluno não chegou a frequentar.

Quando perguntados sobre as consequências oriundas do analfabetismo os sujeitos responderam: falta de oportunidades, empregos pesados com baixa remuneração, baixa qualidade de vida, pouca leitura, dificuldade de auxiliar os filhos, uso do celular apenas para envio de áudios etc. Paula e Oliveira (2011), trazem dados sobre o analfabetismo no

país e evidencia que na região Nordeste esse problema é mais frequente do que nas outras regiões do país e o resultado da pesquisa aponta exatamente uma inclinação para reafirmação desse dado, assim como para a realidade de pessoas analfabetas do Nordeste.

O principal motivo que levou a maioria dos sujeitos a interromperem os estudos foi a necessidade de ajudar os familiares no trabalho. Além disso, a gravidez precoce também é um problema recorrente e como a escola em sua estrutura não possui assistência para as mães grávidas e com bebês. Um outro fator pontuado e que desperta atenção é o desinteresse e a falta de vontade pontuado por 30% dos sujeitos. Segundo Pinto (2017), o aluno da EJA faz parte da sociedade e do mundo do trabalho e precisa ser entendido e compreendido dentro do contexto educacional e para tanto, o professor atuante na EJA precisa compreender a complexidade e multiplicidade de uma sala de aula.

O processo de reintegração dos alunos aos estudos representa a necessidade de realocar esses sujeitos para a cidadania e mundo do trabalho. Como a maioria dos estudantes da EJA vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantir o seu retorno às escolas é efetivar o compromisso com a função reparadora da EJA. As principais razões que os educandos retornaram aos estudos foram a vontade de ingressar no mercado de trabalho (80%) e o desejo de aprender a ler e escrever. Segundo as pesquisas de Paula e Oliveira (2011), o estudante da EJA em sua maioria é o provedor e responsável pelo sustento da sua família e quando retorna à escola nem sempre é acolhido e compreendido, o que acarreta frustrações e sentimento de insuficiência e incapacidade.

De acordo com Pinto (2017), o professor da EJA precisa utilizar metodologias diversas e articuladas com a realidade dos alunos e transcenda as cartilhas de alfabetização, pois o processo de alfabetização de adultos é diferente do das crianças e a homogeneidade desse processo leva a infantilização da EJA. Os sujeitos entrevistados reiteraram que os professores quase sempre utilizam metodologias acessíveis para o processo de ensino-aprendizagem e procuram estabelecer uma relação com o cotidiano. Freire (1987), diz que o ensino só tem sentido se relacionado com a realidade social e cultural dos alunos.

Os sonhos e expectativas que esses sujeitos relataram para o futuro estão relacionados com a busca de empregos com remunerações dignas e a expectativa de ingressar no Ensino Superior. Isso corrobora com a função qualificadora da EJA que preconiza que a possibilidade de terminar os estudos e reinserir na sociedade faz parte da



própria existência da EJA e que os alunos que frequentam essa modalidade de ensino contribuem bastante para o mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, muito mais do que uma modalidade de ensino, representa, quando bem direcionada e organizada, possibilidades práticas de emancipação e democratização. Nessa perspectiva, assume compromisso com a transformação do mundo e da realidade dos sujeitos envolvidos nesse processo e pode leva-los à ressocialização e reinserção na sociedade do trabalho.

Esta pesquisa constitui-se como uma ferramenta importante no estudo e debate da EJA e dos seus múltiplos agentes envolvidos. Nessa direção, a apresentação de trajetórias marcadas por interrupções e retornos potencializa a complexidade da EJA e a necessidade do direcionamento de políticas públicas educacionais e investimentos na Educação Básica e nas modalidades que ela abarca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº. 1/2000, de 3 de julho de 2000**, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAULA, Cláudia Regina; OLIVEIRA; Marcia Cristina. **A educação ao longo da vida: Identidades da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Ibpex, 2011. p. 45-68.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.